



## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

### ATA NÚMERO 93/XII/2.<sup>a</sup> SL

Aos doze dias do mês de setembro de 2017, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 86, 87, 88, 89, 90, 91 e 92/XIII/2.<sup>a</sup>SL;
2. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 260/XII/2.<sup>a</sup> - Solicitam o ingresso de militares contratados nos Quadros Permanentes das Forças Armadas ou a transição para um Regime de Contrato Especial com a duração máxima de 20 anos - Relator: Deputado José Miguel Medeiros (PS);
3. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP/CDS-PP para audição do Ministro da Defesa Nacional para clarificar o conteúdo das suas declarações à Comunicação social e prestar todos os esclarecimentos sobre as averiguações em curso e as conclusões decorrentes dos inquéritos realizados
4. Programação dos trabalhos;
5. Informações.

Aberta a reunião, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado Marco António Costa (PSD), submeteu à apreciação dos presentes as atas n.ºs 86, 87, 88, 89, 90, 91 e 92/XIII/2.<sup>a</sup>SL. Submetidas a votação, foram aprovadas por unanimidade

O Senhor Deputado José Miguel Medeiros (PS) apresentou então o relatório final da Petição n.º 260/XII/2.<sup>a</sup> - Solicitam o ingresso de militares contratados nos Quadros Permanentes das Forças Armadas ou a transição para um Regime de Contrato Especial com a duração máxima de 20 anos.

Intervieram o Senhor Presidente e os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), Pedro Filipe Soares (BE), e João Rebelo (CDS-PP), que felicitaram o relator, evidenciaram a atualidade da discussão e salientaram o facto de audição do peticionário ter sido efetuada via Skype - que, pela desnecessidade de deslocação física poderia ser o meio preferencial a utilizar em futuras

audições.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) tomou a palavra para anunciar a retirada do requerimento para audição do Ministro da Defesa Nacional “para clarificar o conteúdo das suas declarações à Comunicação social e prestar todos os esclarecimentos sobre as averiguações em curso e as conclusões decorrentes dos inquéritos realizados”, cuja discussão estava agendada na Ordem do Dia. Anunciou ainda que o seu GP iria apresentar à Mesa da AR um pedido de agendamento de um debate de atualidade no Plenário do dia 18 de setembro sobre o assunto. Justificou esta alteração com o facto de a resposta aos pedidos de esclarecimento efetuados referir que a maior parte do relatório foi classificado como “secreto”, e que, não tendo acesso ao seu conteúdo, a discussão possível é de natureza política, sendo o Plenário o local adequado para a efetuar. Por outro lado, na audição agendada com o Ministro da Defesa Nacional para o dia 20 de setembro, a requerimento do GP PSD, sobre a Reunião dos Ministros da Defesa da União Europeia, do Conselho Europeu e da Reunião de Ministros da Defesa da NATO realizadas em junho, apenas deverá ser abordado esse tema não havendo lugar para a questão objeto do seu requerimento. O Senhor Deputado Pedro Roque (PSD) afirmou concordar com a intervenção que o precedeu e informou que o pedido de debate de atualidade também seria subscrito pelo seu GP.

No que se refere à Programação dos Trabalhos, o Senhor Presidente informou que iria ser distribuído o projeto de Plano de Atividades para a 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa, o qual estaria aberto às sugestões e propostas dos Senhores Deputados, e seria debatido na reunião seguinte.

No ponto 5., o Senhor Presidente introduziu o assunto da resposta do Ministro da Defesa Nacional ao pedido de esclarecimentos acerca das averiguações em curso e inquéritos realizados sobre os acontecimentos ocorridos nos Países Nacionais de Tanques e que foi recebida antes da reunião. Recordou as diligências que a Comissão efetuou desde a ocorrência no sentido de obter esclarecimentos e a dificuldade para os obter. Leu a carta enviada em Julho e a que reiterou o pedido, no início de setembro, bem como a resposta que chegou à CDN, através do SEAP, para concluir que o que foi respondido não corresponde ao que se pediu, nem sequer se entende o que levou à “renomeação” das chefias exoneradas.

Intervieram de seguida os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD) e João Rebelo (CDS-PP), concordaram com a conclusão do Presidente, tendo, o último, reforçado a opinião de que o que foi solicitado não pode ser considerado “secreto”, e deve poder ser apurada a responsabilidade operacional, designadamente no caso das exonerações, mas aceitando-se que

há partes do relatório com essa sensibilidade, sugeriu que estas pudessem ser ocultadas.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) também concordou com a necessidade de as informações solicitadas serem prestadas e o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), interveio no mesmo sentido, alertou para ao facto de o poder fiscalizador da Assembleia da República sobre a atividade dos Governos, na prática, ser limitado pela classificação de documentos como “secretos” e defendeu que fosse novamente solicitada a documentação mesmo que expurgada dos elementos secretos que possa conter.

O Senhor Deputado José Miguel Medeiros (PS) concordou com o envio de nova solicitação, designadamente para se saber quais as condições que permitiram readmitir os coronéis exonerados, sob o ponto de vista procedimental e administrativo.

O Senhor Presidente informou que faria circular uma minuta de carta pela Mesa e Coordenadores a fim de obter o consenso para o envio de novo pedido ao Ministro da Defesa Nacional, reiterando o anterior. Propôs que na carta se referisse que a resposta recebida não corresponde ao conteúdo e sentido do que foi solicitado e que fosse recordado que a CDN, tendo a informação de “que foi determinada a abertura de processos de averiguações tendo em vista apurar as circunstâncias e condições em que ocorreu o desaparecimento de material militar dos Países Nacionais de Tancos” solicitou “informação acerca do andamento do referido processo e das averiguações efetuadas e, caso esteja concluído, do respetivo relatório final, e/ou outra informação relevante para a Comissão, caso ainda estivesse em curso, de informação sobre o prazo previsível de conclusão e do fornecimento da documentação e de relatórios intercalares que possam ser disponibilizados”. Mais propôs que a resposta tivesse caráter de urgência, uma vez que são públicas as notícias de decisões tomadas pelo Exército com base nas conclusões dos documentos solicitados. E ainda que, dos relatórios elaborados pelos Ramos das Forças Armadas e pela IGDN, aos quais foi atribuída a classificação de “segredo”, sejam disponibilizadas as partes, as recomendações e as conclusões não classificadas que possam contribuir para o cabal desempenho das competências de fiscalização da Comissão. Finalmente, recordou que, no ponto 5 do ofício de resposta, é referido o estabelecimento de “...orientações para que na definição da aplicação das verbas da Lei das Infraestruturas Militares seja dada prioridade a projetos tendentes a garantir o cumprimento dos requisitos técnicos definidos para a armazenagem e segurança do material de guerra e reabilitação de meios complementares de segurança”, pelo que também deveriam ser solicitados esclarecimentos acerca das novas orientações, uma vez que se trata de matéria do foro de intervenção da Assembleia da República, em termos de acompanhamento.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), enquanto coordenador do Grupo de Trabalho EMFAR,

informou que tinha sido solicitado pelo membro do GP PS no GT a audição do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e da Associação de Deficientes das Forças Armadas. Sugeriu que as audições fossem agendadas para os dias 18 ou 19 de setembro, ou, em alternativa, para o dia 3 de outubro, mantendo-se, nas fases seguintes, o calendário aprovado inicialmente.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 17:05, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de setembro de 2017.

**O PRESIDENTE**

**(MARCO ANTÓNIO COSTA)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões  
Bruno Vitorino  
Carlos Costa Neves  
Diogo Leão  
Firmino Pereira  
Idália Salvador Serrão  
João Rebelo  
Jorge Machado  
José Miguel Medeiros  
Luís Pedro Pimentel  
Marco António Costa  
Miranda Calha  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Roque  
Rosa Maria Bastos Albernaz  
Hugo Lopes Soares  
Luís Leite Ramos  
Luís Vales  
Miguel Santos  
Sérgio Azevedo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Clara Marques Mendes  
João Soares  
João Vasconcelos  
José de Matos Correia  
Miguel Coelho  
Rui Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro  
Vitalino Canas